



PRÁXIS DA PESQUISA NÃO-EXTRATIVISTA: O PENSAR E CONHECER EM PESQUISAS DESENVOLVIDAS POR MULHERES

Anna Fridha Santos Ott¹, Ana Clara Nery da Silva², Kátia Carolino³, Clara Ribeiro Camargo⁴

RESUMO: O presente ensaio busca relacionar os nexos entre pesquisa engajada e não extrativista com a produção de alimentos em diferentes territórios a partir de pesquisas desenvolvidas por mulheres. Estas buscam uma outra forma de produção de conhecimento, pautada na retomada e partilha de saberes, na superação dos epistemicídios e na inclusão dos modos de ser, fazer e conhecer vinculados ao feminino. No contexto de intensa crise socioambiental pelo qual passamos, é necessário constituir uma outra forma de saber, inclusive aquele que se atenha sobre a forma como os alimentos são produzidos e consumidos, ou seja, como o processo acontece, quem os produz, para quem produz, e quem os consome na busca da autonomia e soberania alimentar. As pesquisas aqui apresentadas trazem esses questionamentos como cerne, almejando a constituição de conhecimentos que nos pautem para uma cultura outra, que valorize a terra, Terra e territórios. O percurso deste ensaio se deu através de uma revisão bibliográfica dos temas e no diálogo entre as pesquisadoras, almejando estreitar pontos de entrelaçamento entre suas atuações. Percebendo a necessidade de tornar a universidade pública um espaço de múltiplos saberes e vozes, que supere o patriarcado e o racismo, trazemos as nossas pesquisas como prática no intuito de fortalecer esses outros saberes, por muito tempo, silenciados.

Palavras-chave: agroecologia; mulheres; educação ambiental; pesquisa não extrativista.

PRIMEIRAS PALAVRAS

“Quando eles falam, é científico; quando nós falamos, não é científico. Quando eles falam, é universal; quando nós falamos, é específico. Quando eles falam, é objetivo; quando nós falamos, é subjetivo. Quando eles falam, é neutro; quando nós falamos, é pessoal. Quando eles falam, é racional; quando nós falamos, é emocional. Quando eles falam, é imparcial; quando nós falamos, é parcial. Eles têm fatos, nós temos opiniões. Eles têm conhecimento, nós experiência. Nós não estamos lidando aqui com uma existência co-existiva de palavras, mas sim com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar.” - GRADA KILOMBA

¹ Engenheira Florestal, mestranda no programa de Recursos Florestais pela ESALQ/USP - Piracicaba/SP. Integrante do Laboratório de Educação e Política Ambiental - Oca - ESALQ/USP. Email: annafridha@usp.br

² Bióloga, professora, educadora ambiental e doutoranda em Ecologia Aplicada pela ESALQ/USP - Piracicaba/SP. Integrante do Laboratório de Educação e Política Ambiental - Oca - ESALQ/USP. E-mail: ananery.ea@gmail.com.

³ Advogada, educadora ambiental e doutora em ciência ambiental pelo PROCAM/USP - São Paulo/SP. Integrante do Laboratório de Educação e Política Ambiental - Oca - ESALQ/USP. E-mail: carolino.ea@gmail.com.

⁴ Graduada em Relações Internacionais, mestre e doutoranda em Ciência Ambiental pelo Procam/ USP. Integrante do Laboratório de Educação e Política Ambiental - Oca - ESALQ/USP. E-mail: clara.camargo@usp.br

A maneira como a sociedade capitalista se insere no mundo na contemporaneidade, devastando os ecossistemas, causa impactos socioambientais e a disseminação de pandemias (CUNHA, 2020). Associado à garantia da propriedade privada sobre os bens e modos de produção, o capitalismo contribui para garantir o direito e o poder de grupos dominantes - burgueses, homens, brancos - que exploram outros grupos - proletários, mulheres, não-brancos - na busca do lucro a qualquer custo.

Esta forma de organização da sociedade contribui para a discrepância social e exploração desmedida da natureza e do trabalho realizado por grupos oprimidos, assegurando um sistema que preza pelo lucro e pela acumulação de capital e que age de maneira perversa para garantir a sua continuidade. Por conta disso, não gera bem-viver coletivo para os seres humanos, assim como despreza diferentes culturas, modos de vida e saberes, especialmente femininos. Pelo contrário, assegura um modo de organização social que impõe uma cultura dominante - a patriarcal.

É neste sentido, portanto, que Edgar Morin explica que a atual crise socioambiental planetária pede que nós, seres humanos, atingidos em maior ou menor grau pelas mazelas socioambientais, nos articulemos para o enfrentamento da condição de crise. Para tanto, indica a necessidade de reconhecer, em coletivo, “quem somos”, “de onde viemos”, “o que sabemos” e “como fazemos” para, enfim, podermos vislumbrar um destino, um “para onde vamos” (MORIN, 2011).

Enrique Leff, por sua vez, entende que o grande desafio é pensar em processos educadores que façam emergir um outro ser/ fazer/ estar/ conhecer, como um saber ambiental (LEFF, 2008). Saber este que ajuda a compreender as origens de nossa desvinculação com o planeta Terra e com os que nele habitam. Saber que deve se dar no encontro, nas relações com os demais humanos e não humanos, com os saberes que constituímos e com os espaços que ocupamos, abrindo prerrogativas para uma nova forma de pertencimento e de organização, que está na contramão da atual condição, alicerçada em valores capitalistas, colonialistas, racistas e patriarcais (WEIL, 2001; SANTOS, 2008; RUFINO, 2019).

A filosofia cartesiana, de origem europeia, fundamento da ciência moderna, se apropria da epistemologia do “ponto zero” e não reconhece a si mesmo como um ponto de vista (CASTRO-GOMEZ 2003 apud GROSFOGUEL, 2016), mas como único trajeto possível. Essa forma de saber com base no masculino, moderno, ocidental e branco reduz a complexidade do mundo, criando a subordinação de outras epistemologias (RUFINO, 2019). Assim, uma outra forma de ser e de agir precisa reivindicar a ideia de que o conhecimento é diverso e de que a

existência de diferentes formas de conhecer corresponde à pluralidade de formas de ser no mundo.

Essa mesma filosofia reproduz, portanto, a destruição de conhecimentos, saberes e culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental. Não permite o diálogo com diferentes saberes, aniquilando-os, ao mesmo tempo em que apodera-se de uma parte do conhecimento e define-o como científico, neutro, verdadeiro e único. Gera, assim, o epistemicídio.

Na compreensão de que não há separação entre o pensar e o ser; a teoria e a prática; a pobreza e os pobres; a vida e o conhecimento; o pesquisador e o pesquisado; o conhecedor não pode se anular ao que é conhecido. Pela perspectiva da manifestação de mulheres, estas estiveram “mancando na beirada da história do homem, silenciadas por séculos, arrastando o pesado vazio” (BROWN, 1971). É a trajetória de mulheres sem histórias, uma história sem mulheres (D’ SOUZA, 1992).

Este trabalho busca, então, compartilhar pesquisas feitas por mulheres, compromissadas com a consolidação de uma outra forma de ser, fazer, estar e conhecer. Forma esta que traga as mulheres e o feminino como centrais nas estratégias para a superação da era de crise que vivemos (SANTOS, 2008). Pesquisas que têm o compromisso de pesquisas não extrativistas, engajadas com o contexto social no qual se desenvolvem e que buscam um escopo de conhecimentos para concretizar uma outra organização social e cultural dos territórios.

O CAMINHO TRILHADO

Como já foi dito, as pesquisas apresentadas neste ensaio convergem na perspectiva metodológica: aprender com quem está na prática, sistematizar ideias que funcionam, trazer à tona os desafios das comunidades, ouvir as vozes silenciadas e contribuir na construção de conhecimentos para a superação das crises nas quais estamos imersos. O nosso alinhamento se adequa com o espaço de partilha que ocupamos, o Laboratório de Educação e Política Ambiental - OCA da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, coordenado pelo professor Dr. Marcos Sorrentino. Para nós, radicalizar o diálogo é urgente e desafiador em tempos de isolamento social. Repensar as entrevistas, a presença nos mutirões e os grupos focais, a importância da pesquisa qualitativa e exploratória têm sido temas de conexão entre as pesquisadoras.

Da mesma forma é similar a ideia de triangular dados a partir de 1) uma leitura crítica da conjuntura, entendendo o caráter estrutural da sociedade capitalista, com 2) a horizontalidade do saber que vem dos grupos trabalhados por nós: agricultoras, técnicas, gestores, participantes

de hortas urbanas e 3) o levantamento de dados empíricos acerca da realidade estudada (MARCONDES; BRIZOLA, 2014).

Essa triangulação permite uma visão que transcende a separação disciplinar, como olhar para questões ambientais ou sociais, assim como ter uma visão mais ampla da realidade. Isso é importante, pois as pesquisas têm como pano de fundo a urgente transformação das comunidades por meio da agroecologia e da soberania alimentar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Por um outro conhecer

A Ciência moderna ocidental, ainda que tenha sido proposta com o intuito de esclarecer a humanidade, configurou-se de tal forma que ela mesma formulou seus próprios mitos. Ela guia-se sobre “saber que é poder [e que] não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p.5). Assim, “o que se torna problemático é não apenas a atividade, mas o sentido da ciência” (p. 2).

A forma de conhecer e saber cartesiano atende não à lógica de libertação dos seres humanos e da natureza, mas é gerador da dominação. É uma forma de saber que se sobrepõe, como unânime, sobre os demais. É necessário romper com esta forma de investigar/produzir saberes. A universidade - enquanto um dos mais reconhecidos alicerces da produção de conhecimento ocidental - deve estar comprometida com esta forma outra de conhecer.

As pesquisas acadêmicas comprometidas com esta Ciência outra, precisam reconhecer e buscar sua relevância social. Precisam compreender que o acúmulo de conhecimentos nas áreas investigadas e sua “relevância científica (...) só tem sentido se a produção dos conhecimentos sobre a realidade tiver significado social, tiver coerência com os referenciais políticos e sociais que fundamentam o processo de investigação” (TOZONI-REIS, 2005, p.270).

Estas pesquisas estão, portanto, engajadas com o contexto no qual são produzidas. Vêm para se realizarem “junto e a serviço de comunidades, grupos e movimentos (...) populares” (BRANDÃO, 2005, p. 263). Este tipo de pesquisa, feita com comunhão, com participação, deve ter ainda a busca por uma forma de investigar de caráter colaborativo e não extrativista, como sugerido por Fasanello, Nunes e Porto (2018).

Tais pesquisas se atentam para a ideia de que, mais do que uma devolução, partilha ou troca feita com os “sujeitos sistematicamente excluídos ou tutelados” (p.401), essas

investigações buscam transcender propostas tradicionais de pesquisas participativas, pois precisam ser tratadas como uma ‘co-criação’ para a produção de conhecimentos ‘co-laborativos’ (p.401). Consideram-se enquanto intervenção no mundo, a serem construídas enquanto ‘co-responsabilidade’ decorrente do trabalho conjunto, um ‘colaborar’ de natureza simultaneamente ética, política e epistemológica (p.401).

Nas pesquisas aqui apresentadas há, então, a incumbência de que mais do que a construção de dados a um campo acadêmico. Há o compromisso com a “consolidação teórico metodológica da reestruturação política da pesquisa acadêmica como instrumento de produção e apropriação social e democrática dos conhecimentos na construção de uma sociedade mais justa e democrática” (TOZONI-REIS, 2005, p. 275). Nas próximas linhas, a leitora encontra uma síntese das quatro pesquisas.

1.1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTURA EM SÃO PAULO

Considerando a importância de incorporar a temática da agricultura urbana em um contexto mais amplo de justiça socioambiental e de soberania alimentar, a tese de Carolino (2021) questiona como as ações implementadas pelos Governos municipais paulistano se aglutinaram para consolidar um modo de produção, comercialização e consumo local, com vistas a contribuir para a compreensão das potencialidades e fragilidades dos programas públicos instituídos no período de 1980 até 2016.

A pesquisa, caracterizada como indutiva, qualitativa, descritiva e exploratória, utilizou a avaliação legislativa como estratégia de investigação e foi realizada com base na triangulação de dados obtidos em fontes primárias e secundárias e em pesquisas bibliográficas e documentais, além de entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas junto a 29 implementadores do programa que direta ou indiretamente atuam (ou atuaram) com a temática da agricultura no município de São Paulo.

A partir de uma abordagem multirreferencial, dois conceitos principais foram abordados na tese da autora: 1) a noção de justiça socioambiental que, em linhas gerais, se refere à desigual exposição aos riscos ambientais pelos mais despossuídos para que a lógica da acumulação de riqueza se realize (ACSERALD, 2010); e 2) o conceito de soberania alimentar que enfatiza a necessidade dos povos e comunidades de produzirem e colherem seus próprios alimentos de forma segura, saudável e ambientalmente sustentável, com vistas a suprir suas necessidades básicas em conformidade com os seus hábitos alimentares e biomas naturais onde vivem (STEDILE; CARVALHO, 2010).

A partir destes dois conceitos e de outros, a pesquisadora defende a tese de que a população que vive nas cidades, em especial aquelas que vivem em situação de maior vulnerabilidade socioambiental, exerce um papel fundamental na criação de estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos sustentáveis, especialmente ao transformar espaços degradados em locais passíveis de serem apropriados para a produção de alimentos.

Contudo, as políticas públicas de incentivo à agricultura no município de São Paulo têm sido promovidas por políticas públicas que secundarizam e marginalizam a atividade dentro do próprio Governo municipal, o que pode ser interpretado como uma estratégica política de Governos a serviço de setores da sociedade que não têm como prioridade o enfrentamento efetivo das desigualdades sociais, da promoção dos direitos humanos, da melhoria das condições existenciais, da sustentabilidade socioambiental, muito menos da soberania alimentar.

1.2 AGRICULTORAS ECOLÓGICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SÃO PAULO

O objetivo desta pesquisa é compreender se a presença de mulheres agricultoras do município de São Paulo em redes de Economia Solidária influencia a sua agrobiodiversidade em tempos de Mudanças Climáticas ou se é a existência de diversidade de alimentos que leva as mulheres a participarem dessas redes (CAMARGO, 2019). Esse tema se configurou como um problema de pesquisa devido ao protagonismo feminino na construção das arenas agroecológicas em São Paulo, porém, em número bastante reduzido quando se olha para os dados sobre quem chefia as Unidades de Produção Agropecuária do município⁵. Esse fato levou a pesquisadora a questionar se a economia solidária é uma opção viável para mulheres agricultoras, uma vez que permite conciliar trabalho produtivo e reprodutivo. Em outras palavras, uma maneira das mulheres conseguirem criar seus filhos, cuidar de seus idosos e suas terras entre outras funções de cuidado e também gerar renda.

A hipótese deste trabalho é que as mulheres agricultoras têm diversidade agrícola nos seus espaços de produção, pois no seu cotidiano, conciliam a produção de diversidade agrícola de itens alimentícios, medicinais, condimentares e ornamentais com o trabalho doméstico. Para elas, os quintais são vistos como uma extensão da cozinha e fundamentais para a garantia da segurança alimentar e nutricional de sua família. São apenas circuitos econômicos que valorizam a diversidade vegetal e o trabalho reprodutivo como fundamentais à sustentabilidade

⁵ Dados do projeto Ligue os Pontos disponível em <<https://ligueosPontos.prefeitura.sp.gov.br/agricultura-familiar/cadastro/>>, último acesso em 14/04/2021.

da vida que estão sensíveis à comercialização desse excedente, permitindo a construção de redes de apoio mútuo e solidariedade entre as mulheres, em meio às contradições do sistema capitalista de produção e comercialização (CAMARGO, 2019).

Essa hipótese segue a linha apresentada por SILIPRANDI (2015) de que as mulheres defendem a conversão das propriedades para modelos mais sustentáveis, em função das suas preocupações com a saúde e alimentação das pessoas e com a conservação do ambiente. Ao contrário do que se possa afirmar o senso comum, este maior engajamento das mulheres nos processos de conservação ambiental não se dá por uma suposta essência maternal e cuidadora ou uma maior aproximação à natureza, mas é construído socialmente por meio da divisão sexual do trabalho. Tal divisão - consequência do patriarcado - atribuiu às mulheres o papel de cuidadoras, enquanto liberou coletivamente os homens dessas funções para que eles sejam os provedores dos bens materiais (BIROLI, 2018).

Essa organização social apresenta uma série de problemas, uma vez que gera desigualdades dentro da própria família que são reproduzidas na constituição das democracias, como a discrepância entre homens e mulheres na política e também nas diferenças salariais (BIROLI, 2018). Por outro lado, devido ao trabalho de cuidados não ser remunerado, ele é visto como um não trabalho no capitalismo, o que gera sobrecarga para as mulheres, além de invisibilizar o fenômeno que Carrasco (2001) denomina sustentabilidade da vida.

Para essa autora, os sistemas naturais, o trabalho de cuidados e a criação e manutenção das comunidades não foram analisados por pensadores na reflexão sobre a sustentabilidade. De acordo com ela, se não fossem essas esferas, o sistema capitalista já havia colapsado. O trabalho de cuidados, por exemplo, refere-se à provisão de bens materiais, mas também de afetos, segurança, auto-estima, fundamentais para a constituição de comunidades seguras e resilientes. Trazer luz para esses trabalhos reprodutivos é importante, portanto, para entender que ele existe, é estruturante na manutenção da vida na Terra e é feito, majoritariamente, por mulheres.

O percurso metodológico utilizado é de observação participante nos espaços de Economia Solidária, realização de entrevistas semi-estruturadas com técnicas e agricultoras e de caminhadas transversais nas áreas de produção de mulheres que integram a Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas (RAPPAs).

1.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, HORTAS COMUNITÁRIAS E PERTENCIMENTO

Grande é o desafio de pensar estratégias educadoras que não as que vivemos hoje, de predação, violência, desvínculo, deszelo. O conceito de pertencimento precisa ser então

compreendido como necessário a processos educadores ambientalistas, uma vez que pode propiciar a comunidades uma maior compreensão da relação com seu entorno e com a superação de um “desenraizamento”. Retomar o pertencer pode auxiliar na formação de sujeitos comprometidos com seu território e responsáveis por ele (LESTINGE, 2004).

O pertencer é entendido aqui como um sentimento, um constructo que liga seres humanos a um espaço físico (lugar) e/ou a um espaço afetivo (comunidades) (TUAN, 1983; BAUMAN, 2003; LESTINGE, 2004; SANTOS, 2008; MORIN, 2011). O pertencer se vincula, entre outros, pelos conceitos de identidade, comunidade, ancestralidade, mergulho em si e diálogo.

Diversos são os espaços nos quais pode se constituir o processo de educar-se ambientalmente. Uma das pesquisas compartilhadas neste ensaio é uma tese de doutorado na qual se busca compreender as potencialidades de uma Horta Comunitária em Araraquara/SP no desenvolvimento de processos educadores que trabalhem o pertencer (NERY-SILVA, 2021).

As Hortas Comunitárias possuem muitas potencialidades enquanto espaço educador para troca de conhecimentos, gestão coletiva e participativa e construção de identidades comunitárias (BIAZOTTI, 2020) e acredita-se que sejam também espaços de construção do senso de pertencimento na passagem da passividade à ação e na formação do comum. Parte-se, então, da hipótese de que a atuação em hortas comunitárias qualifica o sentimento de pertença a um território.

Esta pesquisa qualitativa de estudo de caso, pesquisa participante e pautada como pesquisa não extrativista, coleta materiais por pesquisa documental, observação participante, entrevistas e grupos focais. Com os dados obtidos e analisados pelo referencial da triangulação de sujeitos e das técnicas (MINAYO, 1994) espera-se a construção de um conhecimento híbrido, coletivo, engajado, que multiplique os sujeitos comprometidos com um outro saber e fazer e que ofereça novas propostas de gestão de territórios, incluindo contribuições para políticas públicas municipais.

1.4 MULHERES QUE ALIMENTAM CIDADES: ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Essa pesquisa de mestrado se propõe a entender, à luz do ideário que fundamenta os movimentos agroecológico e ecofeminista, como o Programa Horta Comunitária (PHC) – Cheiro Verde é compreendido por suas participantes e por formuladores e gestores de políticas públicas do município de Itatinga – SP, de forma a subsidiar o aprimoramento e a formulação

de novas políticas públicas de agricultura urbana e periurbana (AUP) (OTT, 2021). Trata-se de um estudo exploratório sobre possíveis interfaces entre ecofeminismo e agroecologia, tendo por base um estudo de caso de agricultura urbana desenvolvido por mulheres. A pergunta que a pesquisa se debruça é: Quais são as oportunidades e desafios para o ideário dos movimentos ecofeministas e agroecológicos incidirem na transição para sociedades sustentáveis? Mais especificamente, a participação de mulheres na agricultura urbana e periurbana pode contribuir para a agroecologização de territórios?

Para responder às questões levantadas e compreender as potencialidades e desafios para a integração desses movimentos serão realizados: pesquisa bibliográfica da literatura na área, um estudo de caso na horta comunitária Cheiro Verde e a condução de grupos focais com as mulheres trabalhadoras e uma survey com outras mulheres, ambas no município de Itatinga/SP. Pretende-se analisar a relação da mulher urbana com a agroecologização da paisagem e sua possível contribuição na transição para sociedades sustentáveis.

Para sustentar essa ideia, parto da perspectiva da ética do cuidado. Ela propõe que vivemos em um sistema que sanciona a subordinação, vinculado a uma estrutura conceitual patriarcal e opressora, na qual não há lugar para a perspectiva feminina na ética por considerá-la inferior.

Como foi proposto por Carol Gilligan (1992), é necessário ter o conhecimento de que diferentes sujeitos possuem vozes distintas, mas a sociedade patriarcal mantém uma ordenação da vida baseada no gênero, com homens estando no topo da hierarquia social e sem a permissividade de que os sujeitos sejam livres para o exercício de diferentes vozes morais (apud KUHNEN, 2014). Apenas a voz masculina é que se faz ouvir.

A ética do cuidado propõe que a teoria moral feminista deve reivindicar o espaço para o feminino na sociedade, permitindo o falar de uma voz moral diferente da voz padrão, o que se faz por meio da inserção das mulheres nas mais diversas instituições sociais (KUHNEN, 2014), incluindo aquelas nos quais os meios de ser, fazer e saber são propostos.

A ética do cuidado não deve ser apenas uma reivindicação “feminina”, mas, em uma sociedade não patriarcal, aparece como busca para a ampliação do sentido da moralidade, almejando o cuidado coletivo e responsável nas/das relações e como transformadora do espaço social. Fazendo emergir sentimentos morais como empatia, amor, entendimento mútuo entre outros, propõe uma abordagem ecofeminista da ética, para a superação das formas de ser, saber e conhecer e da própria sociedade patriarcal. Aproxima-se do ecofeminismo e aglutina, então, elementos do movimento feminista e ecológico, ambos críticos à dominação patriarcal e

proponentes de outras formas de relação com/entre a mulher e a natureza (SHIVA; MIES, 1993).

A-SEGUIR

Este ensaio apresentou quatro investigações feitas por mulheres com relação à agricultura. São pesquisas que buscam analisar experiências que possam contribuir com a transformação da sociedade, em temas como políticas públicas, soberania alimentar, gênero, educação ambiental, agricultura urbana e hortas comunitárias. Apesar de possuírem linhas interpretativas diferentes, convergem em temas que dialogam com a agroecologia e com relações mais harmônicas entre sociedade e natureza.

Ressaltamos que as práticas agroecológicas representam uma forma de saber/viver que visa a conservação e a regeneração dos recursos produtivos por meio de ações sociais coletivas, fundamentadas no conhecimento sobre a agrobiodiversidade, na valorização dos saberes locais e no uso de tecnologias de baixo impacto que potencializam as funções ecológicas do sistema (SANTOS et al, 2014). Portanto, resgata a parceria, a diversidade, o cuidado. Sustentamos então a ideia de que a maneira de conhecer e fazer proposto pela agroecologia, parte de uma perspectiva convergente com pesquisas não-extrativistas.

Priorizamos o relato de pesquisas feitas por mulheres, pois sabemos da importância da produção e divulgação de conhecimento feminino em contexto no qual os saberes e suas produções são majoritariamente masculinos. Isso tem se intensificado ainda mais neste momento de pandemia, no qual são aumentadas as desigualdades entre homens e mulheres.

Buscamos pesquisas comprometidas com sua relevância social e com o fazer “com”, com a produção de conhecimento conjunto e valorização dos saberes socialmente excluídos pela prática do epistemicídio. Que este movimento cada vez mais se multiplique em espaços como a universidade, e a Ciência possa produzir conhecimentos/saberes que nos auxiliem na superação das tantas mazelas sociais sobre as quais nos alicerçamos, especialmente nesta era de crises.

Para o fortalecimento das universidades, é preciso superar as velhas lógicas e abrir os paraquedas coloridos de Krenak (2019). Para isso, sua transformação deve partir da emancipação da ciência como conhecimento universal, abrigar a diversidade epistêmica e o pluralismo de sentidos e conceitos. Ser uma pluri-versidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSERALD, H.. Ambientalização das lutas sociais -o caso do movimento por justiça ambiental. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p.103 –119, 2010.
- ADORNO, Theodor. W. HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Fragmentos filosóficos. 1947.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 145 p.
- BIAZOTI, André Ruoppolo. **Engajamento político na agricultura urbana**: potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. 2020. 255p. Dissertação (Mestrado em Ciências). USP/ Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2020.
- BIROLI, Flavia. **Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BROWN, Rita Mae. “The New Lost Feminist” em **The Hand that Cradels the Rock**, 1971.
- CAMARGO, Clara. **Mulheres e diversidade vegetal na agricultura orgânica da Região Metropolitana de São Paulo: estudos de caso**. Relatório de qualificação - Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- CAROLINO, Katia. Agricultura em São Paulo: uma análise sobre os programas públicos instituídos. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- CARRASCO, Cristina. **La sostenibilidad de la vida humana: ¿Un asunto de mujeres?** In Revista Mientras Tanto, n 82, out-inv, Barcelona, Icaria: 2001.
- CUNHA, Alecsandra Santos da. **Coronavírus, meio ambiente e o capitalismo**. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/14/coronavirus-meio-ambiente-e-o-capitalismo/>. Acesso em: 24 setembro 2020.
- D'SOUZA, Corinne Kumar. O Vento do Sul. In: MERCHANT, Carolyn ET AL. **Terra Femina**. Alemanha. Idac, 1992. p. 108.
- DUSSEL, Enrique. **Transmodernidad e interculturalidad**. Interpretación desde la Filosofía de la Liberación. México City: UAM, 2005.
- FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **The State Of Food And Agriculture**. Roma. 1996.
- FASANELLO, Marina. T.; NUNES, João. A.; PORTO, Marcelo. F. S. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **Reciis**. v. 12, n. 4, p. 396-414. out./dez.2018.
- DESCOLONIZANDO o Conhecimento. São Paulo: Grada Kilomba, 2016. P&B.
- GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Editora Companhia das Letras. 2019.
- KUHNEN, Tânia Aparecida. A ética do cuidado como teoria feminista. III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014. **Anais...** p. 1-9. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T207991.pdf Acesso em: 02 abr. 2021.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. 494p.

- LESTINGE, Sandra Regina. **Olhares de educadores ambientais para estudos do meio e pertencimento**. 2004. 263 p. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” / Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.
- MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. *Revista Univap*, v. 20, n. 35, jul.2014. p. 201-208
- MINAYO, Maria Cecília S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1994, p. 09-29.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2011. 102 p.
- NERY-SILVA, Ana Clara **De município a morada: educação ambiental e pertencimento**. Texto para exame de qualificação (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” / Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2021.
- NOBRE, Miriam. MORENO, Renata. **Natureza, trabalho e corpo: Percursos feministas e pistas para a ação**. In: Economia Feminista e Ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2020.
- OTT, Anna Fridha Santos. **Mulheres que alimentam cidades: ecofeminismo e agroecologização de territórios**. Projeto de pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2021.
- RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019. 164 p.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. 16 ed. Rio Janeiro/ RJ: Record, 2008. 174 p.
- SANTOS, Christiane Fernandes dos, et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambient. soc.** São Paulo , v. 17, n. 2, p. 33-52, junho de 2014.
- SHIVA, Vandana. MIES, Maria. **Ecofeminismo**. Tradução de Fernando Dias Antunes. Coleção: Epistemologias e Sociedades. Instituto Piaget. Lisboa: 1993.
- SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, DF, 2009.
- STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de Carvalho. A situação mundial: o domínio das empresas transnacionais sobre os alimentos. In: ARANHA, A.V. (Org.). **Fome Zero**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, v. 3, p. 144 – 156, 2010.
- TOZONI-REIS, Marília. F. C. PESQUISA-AÇÃO: Compartilhando saberes; Pesquisa e Ação educativa ambiental. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (org). **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: MMA, 2005, p. 267-276.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.
- WEIL, Simone. **O enraizamento**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2001. 272 p.